

Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves

Ano 13 - nº36 - Abril, Maio e Junho de 2015

CURSO DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIREITO À CIDADE TERMINA SEGUNDA TURMA

Criado dentro do Projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal, o Curso Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade encerrou suas atividades em junho com o encontro de Avaliação e Confraternização da turma formada no segundo semestre de 2014.

Nos dois anos de aulas, o Curso inscreveu uma média de 40 alunos das comunidades ligadas ao projeto com módulos mensais de 04 horas, debatendo temas como Direito à moradia; Estatuto da Cidade; Plano Diretor, Zonas Especiais de Interesse Social, entre outros.

Para contribuir na realização do curso, diversas pessoas já passaram pela sala de aula como palestrantes, desde colaboradores da Fundação a voluntários de diferentes formações, como psicologia, educação, geografia e direito.

A turma 2014-2015 começou suas atividades em setembro do ano passado e encerrou os módulos no último mês de maio. Em junho ocorreu a confraternização e avaliação geral do curso, contando com a presença dos alunos, facilitadores e equipe da Fundação.

A aluna Jandair Antônia



Alunos fazendo avaliação do curso na última aula

aponta a oportunidade com o curso de ampliar seu saber. “Achei o curso muito produtivo, os conteúdos dados vão poder nos fazer se apoderar melhor dos nossos direitos e levar para nossa comunidade. Espero que tenham mais cursos para alcançar mais pessoas e levar ainda mais conhecimentos”, destaca.

Iverson Sheldon, facilitador do curso, ressalta a importância das discussões realizadas em sala de aula. Para ele, os debates sobre a política urbana servem “para uma maior conscientização sobre o papel dos/as alunos/as enquanto cidadãos ativos e promotores de mudanças em suas realidades. Também foi oportunizado a troca de experiência entre os

cursistas e seus problemas enfrentados, estimulando o trabalho em coletividade”.

Ele aponta ainda que o curso é importante ao possibilitar o despertar crítico, além de promover uma outra perspectiva de cidadania ativa como caminho para a modificação das realidades dos/as cursistas.

Com o fim do Projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal, o Curso, uma das atividades ligadas ao projeto, também encerra suas turmas. Foram dois anos de aulas, debates, e t r a n s m i s s ã o d e conhecimento sobre os direitos da população e como ter acesso a eles.

Editorial

O mês de junho é recheado de comemorações por conta dos festejos juninos. Nós também comemoramos o encerramento de mais um ciclo de cursos e projetos com a formatura da turma 2014/2015 do Curso Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade e as últimas atividades do Projeto Cidade Sustentável É Cidade Legal.

Foram dois anos de aulas, oficinas, reuniões, audiências, e planejamentos para continuar com a constante luta da Fundação Margarida Maria Alves pelos direitos da população paraibana e a transmissão de conhecimentos jurídicos, de sustentabilidade e cidadania.

Essa edição traz essa jornada e também a discussão sobre a origem da criminalidade na seção Opinião, a parceria do TJPB com a Fundação no projeto Justiça na comunidade e informe sobre o Encontro do Fórum Estadual de Reforma Urbana.

TRÁFICO DE PESSOAS: INDICAÇÕES DE FILMES SOBRE O TEMA

Para Sempre Lilya

Direção: Lukas Moodysson

Ano: 2002

País: Suécia

Lilya tem 16 anos e vive em um subúrbio pobre da antiga União Soviética. Abandonada pela mãe aceita a ajuda do namorado Andrei, que a convida para iniciar uma nova vida na Suécia. Porém, ao chegar no país percebe que não era o que estava imaginando.

Busca Implacável

Direção: Pierre Morel

Ano: 2008

País: França

Um ex-agente do governo tem a filha sequestrada por traficantes de mulheres quando ela viaja para Paris com a amiga, o que faz com que ele inicie uma busca para recontrá-la.

Rotas da Ilusão

Direção: Dheik Praia

Ano: 2012

País: Brasil

O Vídeo traz a tona questões como o tráfico de seres humanos e exploração sexual, através da trajetória de personagens reais,

Afetado pela Vida

Direção: UNODC

Ano: 2009

País: Brasil

Ilustra os elementos característicos

do tráfico de pessoas e as diferenças entre esta prática e o contrabando de migrantes.

Encantos e Desencantos em Rede

Direção: Michael Valim

Ano: 2011

País: Brasil

Trabalho de transformação da pesquisa "Tráfico de mulheres em Goiânia: olhares sobre as necessidades das mulheres traficadas" em um documentário sobre tráfico de mulheres.

Cinderela, Lobos e um Príncipe Encantado

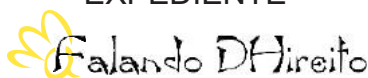
Direção: Joel Zito Araújo

Ano: 2008

País: Brasil

Viajando pelo nordeste brasileiro e pela Europa, na Itália e Alemanha, o diretor discute o sonho de cinderela de várias mulheres brasileiras que buscam encontrar um marido europeu. Muitas migram e se tornam dançarinas em apresentações de ritmos ligados ao Brasil. Sem estudo ou formação profissional, outras se transformam em prostitutas.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Opinião

Sobre as causas da criminalidade

joseewerton@gmail.com

Quem vier a refletir sobre as causas da criminalidade terá sobre si uma enorme tarefa a enfrentar. Se puser o olho na História, desde os tempos primitivos até os dias atuais, lhe é fácil constatar que o crime, em maior ou menor grau, sempre existiu. Mas por que isso tem acontecido?

Leonardo Boff, teólogo e humanista de notável erudição e sapiência, quando busca responder a respeito das causas do crime põe de lado considerações religiosas e se volta aos fatos concretos da vida em que o homem está inserido.

Primeiramente, não se trata de retomar a trivial opinião de que os homens estão necessariamente divididos em duas classes: de um lado aqueles que são magnânimos e pacíficos e que serão sempre levados à prática do bem; do outro, a dos que são maus e assim compelidos ao crime. Não creio na predestinação do indivíduo, seja para o bem ou para o mal, de conseguinte, não poderia acreditar nessa suposta bipolaridade universal.

Em segundo lugar, abjuro a idéia de que o crime é “típico” dos povos subdesenvolvidos. Pode haver argumento mais falso?

Consideremos estados como a Alemanha, Dinamarca, USA, Canadá, todos estes países com alto nível de desenvolvimento econômico,

mas não isentos, hoje e nunca, da criminalidade. A diferença que se pode estabelecer entre os países avançados e os em atraso econômico com respeito ao crime é que naqueles a criminalidade, via de regra, é mais contida ou, se prefere dizer, submetida à maior controle do Estado através de políticas públicas que têm dado certo, enquanto que nos demais países tais mecanismos de persuasão deixam muito a desejar.

Vejo a questão na seguinte linha: desde o instante em que o homem descobriu que lhe sobrava mais do que necessitava para suprir as suas necessidades e as do seu grupo familiar e social, aflorou nele o ambicioso interesse por se apropriar desse excedente e acumulá-lo. Para isso, precisou se organizar com os seus colaboradores para enfrentar aqueles que se opunham a essa acumulação. Surgiu assim toda espécie de conflitos, que veio dar nas guerras, inicialmente entre grupos e depois entre nações.

O panorama multissecular que se apresenta é evidente: nações economicamente poderosas, sejam de que ideologia for, que lutam com unhas e dentes para não só manter o que já têm de sobejo, mas, também, para conquistar outros mercados e nações não-poderosas que foram dominadas e controladas pelas potências econômicas.

As políticas sociais que

tais nações com poder adotam constituem apenas um simulacro de benemerência, longe de porem em risco seus projetos megalomaniacos.

Se reduzirmos esse quadro global às situações individuais, poderemos considerar dois lados por onde permeia a ambição humana: o do indivíduo, ou empresa, que se tornou rico (a) e que trava luta incessante para garantir seu “status” econômico, fazendo da política (esta, sim, com “p” minúsculo mesmo) o trampolim de sua dominação. Na outra quadra, está o indivíduo sem recursos materiais mas que, igualmente possuído da ambição, busca no crime, isolado ou associado, o meio para conquistar os bens da vida.

Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”, quer nos fazer crer que, historicamente, o homem é mau, perverso e outras coisas do gênero. Eu prefiro entender que o que move o indivíduo a praticar o mal (se quiser, o crime) são as condições materiais que se instalaram em torno dele e que o impelem a essa queda de braços desigual.

José Ewerton Nóbrega é advogado e colaborador da Fundação

PROJETO CIDADE SUSTENTÁVEL É CIDADE LEGAL ENCERRA ATIVIDADES

O Projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal começou em 2013 a partir de uma parceria da Fundação e Misereor, com uma proposta de ser bienal e proporcionar às comunidades de Citex, Mussumagro e Padre Gino uma organização que possa intervir nas políticas de garantia do direito à cidade, auxiliando os grupos organizados a conhecer seus direitos; e em busca de que melhorias nas comunidades sejam implantadas em decorrência dessa organização. Um dos seus objetivos foi de que a garantia do direito à terra seja realizada através dos instrumentos previstos na legislação local.

Além do Curso Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade, o projeto também promoveu oficinas de capacitação para a geração de emprego e renda nas comunidades beneficiárias. Desde setembro de 2013 a Fundação levou a esses locais noções de produção de sabão e sabonete ecológico, feito com óleo de cozinha usado, manufatura de pufes com garrafas pet e fibra natural, serigrafia, corte e costura e artesanato e crochê.

Segundo o pedagogo e oficinairo José Marcos Salgueiro, “buscamos incentivá-los a viver em um ambiente mais sadio em suas comunidades”.

Ele destaca que as oficinas que melhor renderam



José Marcos Salgueiro em uma das atividades da Oficina de Produção de Sabão Ecológico

foram as de educação ambiental, em especial na comunidade de Citex. “Na Citex tivemos bons resultados com a produção de sabão ecológico com óleo usado. Foi criado um grupo de mulheres que produzem sabão e vendem com muita qualidade, e mesmo os que não vedem, só produzem para uso pessoal, já ajudam não lançando centenas de litros de óleo no meio ambiente”, ele aponta.

A Coordenadora de Projetos da Fundação, Marcina Pessoa, destaca os pontos alcançados ao longo do projeto. “Entendemos que o projeto plantou algumas 'sementes' nas áreas onde foi desenvolvido em temáticas pouco conhecidas como, por exemplo, a regularização fundiária”.

Ela aponta o avanço

obtido no contato direto com lideranças comunitárias como um ponto positivo do Projeto.

“Acreditamos que através da implementação do projeto a Fundação conseguiu empoderar várias lideranças populares com a temática do direito à cidade, além de levar o conhecimento da legislação urbana no intuito dessas pessoas o multiplicarem em suas comunidades”, conclui.

Com o fim de sua vigência, o Projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal deixa a importância de se pensar o meio ambiente integrado ao cotidiano urbano, em uma vivência harmônica.

GALERIA DE ATIVIDADES



Curso Turma 2013-2014



Curso Turma 2013-2014



I Seminário Paraibano de Direito à Cidade



Atividade na Comunidade de Citex/JP



Curso Turma 2014-2015



Atividade na Comunidade Muçumago



Atividade em Guarabira

Fundação e TJPB firmam parceria para realizar o projeto “Justiça na Comunidade”



Da esquerda para a Direita: Tony Fábio, Bruno Azevedo, Graça Duarte, Iverson Sheldon, José Marcos Salgueiro, Marcina Pessoa e Socorro Praxedes.

a Fundação Margarida Maria Alves firma parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), através do juiz Bruno Azevedo e o técnico judiciário Tony Fábio, respectivamente, gestor e coordenador do Projeto “Justiça na Comunidade”, buscando criar Centros de Conciliação e Mediação em comunidades de João Pessoa. A iniciativa objetiva popularizar outros mecanismos de solução de conflitos, como a negociação, conciliação e a mediação,

Socorro Praxedes, Presidente da Fundação, parabeniza a iniciativa do TJPB. “Ficamos muito honrados quando o Tribunal de Justiça nos procurou com a proposta dos Centros de Conciliação, querendo nossa parceria como ponte entre as comunidades e eles. Essa parceria é de suma importância

e também vai dar visibilidade ao que a Fundação já fez, esperamos que bons frutos surjam desse contato na busca pela constante melhoria das condições de vida dos pessoenses”, destaca.

Sobre a iniciativa, o juiz Bruno Azevedo aponta que “O Tribunal de Justiça a colocou em seu Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos, trazendo uma forma humanizada de entender e solucionar a questão, com o empoderamento das partes, de forma mais rápida, informal e com o estímulo e consolidação da cidadania”.

Por fim, ressaltou o juiz Bruno Azevedo “que o Projeto Justiça na Comunidade vai diminuir a distância entre a população e os ideais de Justiça, evitando a ausência do Poder e a omissão na prestação de serviços para as populações mais distantes do centro”.

FERURB PROMOVE ENCONTRO ESTADUAL

Aconteceu nos dias 15 e 16 de maio o II Encontro do Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba (FERURB/PB).

O evento foi realizado no Auditório do Centro de Educação da UFPB e teve como objetivo debater a mobilidade urbana, regularização fundiária, saneamento e outros temas afins.

A Fundação esteve presente com a participação de nosso pedagogo José Marcos Salgueiro e nossa Coordenadora de Projetos Marcina Pessoa.

Na ocasião foi apresentado o novo Regulamento, Colegiado e Secretaria Executiva do Fórum.

O FERURB é um espaço permanente de representações da sociedade civil, organizada por Sindicatos, ONGS, Pastorais, Entidades, Associações, Núcleos e Movimentos.

Tem por finalidade refletir e mobilizar a sociedade para a defesa, proposição e controle de políticas públicas em torno da temática da Reforma Urbana.